

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

EDITORA IBERO-AMERICANA
CULTURA ACADÊMICA Editora

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

GEPESSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação

unesp

UERJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CULTURA ACADÊMICA Editora

EDITORA IBERO-AMERICANA

FAPESP

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S514

Serviço social e educação [recurso eletrônico] : desafios do verbo esperançar / organização Adriana Freire Pereira Férriz ... [et al.]. - 1. ed. - Bauru [SP] : Ibero-Americana de Educação ; Cultura Acadêmica, 2024.
recurso digital ; 10 MB

Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-65-86839-35-7 (recurso eletrônico)

1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Serviço social - Aspectos educacionais. 3. Pesquisa Educacional. 4. Politica Educacional. 5. Livros eletrônicos. I. Férriz, Adriana Freire Pereira.

24-95166

CDD: 379
CDU: 37:364(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

14/11/2024 14/11/2024

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-35-7

Esta publicação recebeu financiamento: - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil. PAEP-CAPES - Programa de Apoio a Eventos no País - Processo: 88881.879611/2023-01; - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq - Chamada Universal - 18/2021 - Faixa - Grupos consolidados - Processo n. 407057/2021-8; - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo n. 2023/10930-7.

As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da CAPES, CNPq, FAPESP e dos PPGSS da UNESP, UERJ e UFBA.

Equipe Técnica
Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Capista e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Vitor Gonçalves de Souza (MG)
Identidade Visual

Luma de Alencar Almeida (RJ)
Identidade Visual

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinícius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar

Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dr. Ari Raimann
UFG

Dr. Breynner R. Oliveira
UFOP

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta

NOTAS DO PUBLISHER

Na Editora Ibero-Americana de Educação, nosso compromisso com a excelência se reflete em cada etapa do processo editorial, sempre guiados pela missão de produzir obras que tragam resultados excepcionais e atendam de forma satisfatória tanto aos autores quanto aos leitores. A revisão desta obra foi um processo enriquecedor, que exigiu dedicação, sensibilidade e um olhar atento às complexidades que permeiam o campo da educação.

Este livro não apenas informa, mas também envolve e emociona. Em comparação com edições anteriores, ele representa um marco significativo nos debates sobre o exercício profissional no contexto das políticas educacionais, oferecendo uma nova perspectiva e reafirmando a importância de uma compreensão crítica e contextualizada das dinâmicas educacionais. Esperamos que os argumentos aqui apresentados incentivem o leitor a investir tempo e reflexão, mergulhando em diferentes realidades educacionais que, embora diversas, compartilham questões fundamentais e formam a dinâmica contraditória e transformadora da política educacional contemporânea.

Desejamos que esta obra inspire reflexão e ação, e que continue a promover diálogos produtivos e transformadores sobre a educação em nossa sociedade.

Boa leitura!

José Anderson Santos Cruz
Editor-chefe da Editora Ibero-Americana de Educação

SUMÁRIO

PARTE I - CONFERÊNCIAS DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VII FÓRUM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – GEPESSE 23

Capítulo 1 - TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL **24**

Por: Adriana Freire Pereira Férriz

Eliana Canteiro Bolorino Martins

Capítulo 2 - O RECONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO PROFISSIONAIS DA E NA EDUCAÇÃO **42**

Por: Wagner Roberto do Amaral

Capítulo 3 - A ATUALIDADE E A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL **60**

Por: Eblin Farage

Capítulo 4 - ATUALIDADE E RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL: CINCO DESAFIOS NA ESFERA PARTICULAR DO FAZER PEDAGÓGICO **75**

Por: Carlos Felipe Nunes Moreira

Capítulo 5 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ANGOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL **86**

Por: Amor António Monteiro

Simão João Samba

Capítulo 6 - EL SISTEMA EDUCATIVO ARGENTINO. EL CASO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES: EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL **97**

Por: Eliana Gricel Vasquez

Capítulo 7 - LIVROS E COLETÂNEAS LANÇADOS NO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E IV FÓRUM DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO GEPESSE (2023) **111**

PARTE II - DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS 120

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI **121**

Por: Rafael Gonçalves dos Santos
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Yukari Yamauchi Moraes

Capítulo 2 - EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E SERVIÇO SOCIAL **138**

Por: Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana

Capítulo 3 - O ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SERVIÇO SOCIAL **157**

Por: Williana Angelo

Capítulo 4 - PAULO FREIRE E OSSABERES NECESSÁRIOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS **177**

Por: Fernanda Andrade Garcia
Gustavo José de Toledo Pedroso

Capítulo 5 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA CIDADE DE GOIÁS: CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA **192**

Por: Edgar Antônio Nery Alves Camelo
George Francisco Ceolin
Tereza Cristina Pires Favaro

Capítulo 6 - A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE MAPEAMENTO EARTICULAÇÃO EM RUPTURA - O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA **209**

Por: Aline Miranda Cardoso
Arlene Vieira Trindade
Jéssica Oliveira Monteiro
Patricia Lima do Nascimento

PARTE III - EDUCAÇÃO BÁSICA.....222

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ESTUDO INTERDISCIPLINAR **223**

Por: Elaine Cristina Estevam

Maria José de Oliveira Lima

Capítulo 2 - QUEM APRENDE COM FOME? POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO COM A REDE ATRAVÉS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO **237**

Por: Eduardo Lima

Maria Fernanda Avila Coffi

Ewerton da Silva Ferreira

Capítulo 3 - ASSISTENTE SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA **252**

Por: Amanda Bersacula

Zoia Prestes

Capítulo 4 - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: UM OLHAR PARA A REALIDADE LONDRINENSE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA (COVID-19) **270**

Por: Maria Gabriela Pereira da Silva

Ana Patrícia Pires Nalesso

Capítulo 5 - O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG **286**

Por: Cristiano Costa de Carvalho

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Eunice Paulo Chichava

Juliana Viegas Guimarães

Capítulo 6 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CAMPINA GRANDE COMO EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA 304

Por: André Monteiro Moraes
Edna Medeiros do Nascimento
Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha
Maria Dolores Melo do Nascimento
Maria Noalda Ramalho

PARTE IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL, EJA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO 321

Capítulo 1 - EDUCAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO LOCAL PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS 322

Por: Flávia Pacheco Sanchez
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
Ariane Rego Paiva

Capítulo 2 - A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA MULHERES NEGRAS E A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA 339

Por: Ana Laura Batista Marques
Maria Yumi Buzinelli Inaba

Capítulo 3 - DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 354

Por: Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita
Maria Francisca Máximo Dantas
Thélia Priscilla Paiva de Azevedo

Capítulo 4 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NSEPP-UERJ) 368

Por: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Natália Ibiapino Proença

Edilene Rodrigues de Santana Silva

Brenda do Nascimento Gama

Yasmin Oliveira Burgos

Capítulo 5 - RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INFÂNCIA E JUVENTUDE NEGRAS NO BRASIL 384

Por: Adeildo Vila Nova

Capítulo 6 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: A RESISTÊNCIAEM PERMANENTE CONSTRUÇÃO 399

Por: Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Marize Rauber Engelbrecht

Vantuir Trevisol

PARTE V - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 416

Capítulo 1 - PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DA GÊNESE ATÉ A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 417

Por: Yara Dias Fernandes

Capítulo 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 434

Por: Lilian Aparecida Carneiro Oliveira

Lilian Perdigão Caixêta Reis

Emmanuella Aparecida Miranda

Capítulo 3 - AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SUA RELAÇÃO COM A FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTATAL 447

Por: Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

Capítulo 4 - PAULO FREIRE: O INSPIRADOR DO ASSISTENTE SOCIAL QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 465

Por: Nívia Barreto dos Anjos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Capítulo 5 - SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE BEM COM A VIDA NO FORMATO ON-LINE 483

Por: Tatiana Pereira Sodré

Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo

Wilma Moraes

Capítulo 6 - TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DE UM *"MODUS OPERANDI"* NO LABOR DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS IFETs 501

Por: Lígia da Nóbrega Fernandes

PARTE VI - ENSINO SUPERIOR 519

Capítulo 1 - ALÉM DA EQUIDADE: O ENGAJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNICAMP 520

Por: Vanilda Soares Santos

Cibele Papa Palmeira

Vanessa Tank Piccirillo Komesu

Franciana Nogueira Correa

Sônia Maria Pereira

Capítulo 2 - O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA **534**

Por: Joelma Mendes dos Santos

Capítulo 3 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (IFES): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS (DH) E POLÍTICAS SOCIAIS (PS) PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO **550**

Por: Célia Maria Grandini Albiero

Maísa Miralva da Silva

Ricardo Barbosa de Lima

Capítulo 4 - RELATO DE EXPERIÊNCIA - O TRABALHO DO(A) PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR: AÇÕES AFIRMATIVAS EM FOCO **567**

Por: Ivanice de Oliveira Candido Neres

Jaqueline Budny

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Capítulo 5 - INDICADORES SOCIAIS E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA **584**

Por: Merielle Martins Alves

Clara Rodrigues da Cunha Oliveira

Capítulo 6 - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA: MIGRAÇÃO, PERMANÊNCIA E OS FATORES SIMBÓLICOS NAS TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS **599**

Por: Fernanda Rodrigues Arrais

PARTE II
DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Capítulo 1

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI

Por:
Rafael Gonçalves dos Santos
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Yukari Yamauchi Moraes

Rafael Gonçalves dos Santos[9]
Eliana Bolorino Canteiro Martins[10]
Yukari Yamauchi Moraes[11]

https://doi.org/10.47519/eiae.p2c1

INTRODUÇÃO

Este estudo é produto das reflexões teóricas, com ênfase na "Educação e Serviço Social" empreendidas pelos autores, especificamente por um deles, ao longo de sua trajetória acadêmica e no processo de elaboração da dissertação de mestrado. O principal objetivo da pesquisa bibliográfica e documental foi explorar e analisar aspectos relevantes relacionados à inserção do/a assistente social nas políticas educacionais no contexto brasileiro, buscando uma compreensão analítica do panorama das políticas educacionais no contexto neoliberal e suas principais repercussões no trabalho do/a assistente social.

A temática desta investigação se delineia, portanto, em função das mudanças morfológicas no âmbito das políticas educacionais no Brasil, advindos principalmente das imposições ideológicas e de organismos internacionais que promoveram prejuízos à classe trabalhadora, em especial, aos/às assistentes sociais (foco do presente estudo), mas que certamente trouxeram repercussões significativas no interior da dinâmica escolar que afetaram o Estado de direito à educação tão arduamente conquistado pelos movimentos sociais da educação e explicitado pela Constituição Federal de 1988.

É importante contextualizar, ainda que brevemente, sobre o cenário mundial da hegemonia neoliberal como uma resposta às crises cíclicas que afetaram o sistema capitalista de reprodução, sobretudo a partir dos anos de 1970. Diante dessas circunstâncias, ao preservar seu crescimento e expansão, foram implementadas diversas medidas articuladas entre o Estado e o setor privado no âmbito da reestruturação produtiva.

Tais crises recorrentes no sistema capitalista ao longo do século XX levaram a elite dominante ao questionamento das políticas sociais vigentes pelo Estado de Bem-Estar Social (lembrando que o Brasil foi embrionário) e da capacidade do Estado em garantir a proteção social para a população. Nesse contexto, o neoliberalismo emergiu como uma corrente de pensamento que defende a diminuição da intervenção estatal na economia e bem como a promoção de reformas liberais e de natureza mercantilista para sustentar o que é denominado de "autorregulação do livre mercado".

A partir da década de 1970, os governos de diversos países incorporaram em seus planos de governo políticas neoliberais como forma de enfrentamento às instabilidades econômicas e a estagnação do crescimento do mercado. Estas políticas, incluíram sobremaneira, a privatização de empresas estatais, o aumento da exploração sobre a classe trabalhadora, a compressão de salários e seus direitos trabalhistas, ocasionando também em seus resultados o enfraquecimento dos movimentos sindicais, privatização e comercialização de patrimônios públicos, e ataques contra a educação pública, sintonizada a onda

neoconservadora que se alastrou pelo mundo e de forma peculiar nos países de capitalismo periférico e dependente como o Brasil.

Os mecanismos de controle ideológico promovidos historicamente, por governos neoliberais, elaboraram uma série de narrativas em torno desta gradativa retirada da responsabilidade estatal perante as expressões da questão social. Nesse cenário, ao elencar a realidade brasileira na contemporaneidade, é possível afirmar que tais estratégias foram presentes nos últimos governos brasileiro, especificamente ao analisar o âmbito da política de educação.

Como forma de evidenciar o projeto educacional que remontam a ótica neoliberal e suas repercussões no âmbito da educação pública brasileira, o estudo se propõe a discutir, brevemente, sobre a inserção do/a assistente social no âmbito da política educacional no cenário brasileiro, e na sequência, o papel do Estado especificamente no trato desta política social e as manifestações do conservadorismo, elencando a interface com os impactos macroestruturais promovidos pelo ideário neoliberal no campo da educação no recente governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

Ademais, o texto também se propõe a contribuir para os estudos científicos sobre o trabalho do/a assistente social no âmbito da educação, apresentando os possíveis desafios enfrentados pela categoria profissional para assegurar a construção de projetos educacionais orientados na concepção de educação pública, de qualidade e socialmente referenciada, contra hegemônica do projeto educacional orientado pelo ideário ultra-neoliberal-conservador do governo em referência.

BREVE REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO E O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

É possível afirmar que a relação entre serviço social e educação são acompanhados desde os primórdios da profissão em decorrência da potencialidade política e interventiva desta profissão no enfrentamento das diversas formas de manifestações da questão social (Almeida, 2007), certamente de forma diferenciada de acordo com a evolução sócio-histórica da sociedade e da própria profissão.

Entretanto, com base nos estudos efetuados pelos autores Dentz; Silva (2015) os primeiros registros documentados sobre a atuação do serviço social na educação ocorreram em meados de 1930, contexto que denunciava os principais índices estatísticos desfavoráveis na educação[1] e acirramento da desigualdade social[2] no Brasil.

Em resposta a este cenário e com o objetivo de impulsionar a industrialização brasileira, o governo de Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964) elaboraram o projeto de desenvolvimentismo nacional e os/as assistentes sociais nesses períodos históricos, foram requisitados para a execução das políticas sociais, dentre elas podemos incluir a política de educação.

1"De acordo com o censo de 1940, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais era de 55,9%" (Mantovani, 2012).

2 "Em 1940, apenas um terço da População Economicamente Ativa (PEA) era assalariado" (Pochmann, 1998).

No espaço escolar, o referido projeto imbricava nas práticas interventivas do/a assistente social na "preparação social dos indivíduos a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital" (Vieira, 1977, p. 178).

Percebe-se que as motivações do Estado brasileiro e sua relação com projeto educacional neste contexto, já determinava a educação como instrumento para a formação técnica dos trabalhadores com vistas a atender as requisições do mercado de trabalho e, concomitantemente efetivar o controle da classe trabalhadora no atendimento de algumas das suas demandas, porém sintonizadas com os interesses do capital. Nesta direção as ponderações de Almeida explicam a contradição própria da política educacional, conforme segue:

> [...] a política educacional é uma demarcação de práticas educacionais próprias de um tempo histórico, determinadas pela correlação de forças que a luta de classes alcança, estruturada pelo Estado em sua relação com a sociedade civil no exercício contraditório de suas funções de estabelecimento de consenso, coerção e garantida da reprodução social da força de trabalho visando assegurar as condições gerais de reprodução ampliada do capital. A educação como complexo social não se reduz à política educacional. Esse campo de intervenção do Estado se constitui, portanto contraditoriamente, pois ao mesmo tempo em que faz parte das estratégias de controle ideológico, econômico e político da classe dominante, também se tornou pauta da agenda de lutas da classe trabalhadora como parte do reconhecimento dos direitos sociais e subjetivos – nos horizontes limitados da sociedade burguesa – e componente fundamental para o processo de elaboração de uma visão de mundo autônoma (Almeida, 2021, p.2).

Retomando a reflexão sobre o Serviço Social, no contexto histórico dos primórdios da profissão e sua relação com a educação, destacamos que às bases conservadoras tradicionais que pautavam à profissão (Iamamoto, 2015), as contribuições do/a assistente social no âmbito da política de educação inicialmente eram funcionais ao ideário dominante, se organizaram tendo como referência o modelo proveniente dos Estados Unidos da América traduzida no denominado: Serviço Social de caso, de grupo e desenvolvimento da comunidade.

Modelo este formatado na intenção de ajustamento social e moralização da vida social imprimindo nas expressões da questão social a configuração de "problemas sociais", individualizados, fragmentados, despidos de determinantes econômicos, sociais, culturais e históricos. Portanto, a atuação do/a assistente social neste contexto educacional era destinada a resolução de problemas pontuais e funcionais para a manutenção do status quo.

Contudo, após o Movimento de Reconceituação, ocorrido em meados dos anos de 1960/1970, que promoveu a aproximação com a teoria social crítica marxiana e o diálogo da categoria profissional articulado com os movimentos sociais, evidenciando as lutas das classes sociais, a formação e o exercício profissional de assistentes sociais foram redimensionados por uma perspectiva crítica. Sem dúvida este posicionamento foram elementos primordiais para balizar a leitura questionadora da "questão social" e suas expressões em uma perspectiva crítico-dialética, bem como preconizar ações propositivas para o seu enfrentamento. Nesse sentido, ao considerar o campo das políticas sociais e por consequência, as políticas educacionais como lócus privilegiado da ação profissional (Almeida, 2007), as dimensões teórico-me-

todológico, ético-político e técnico-operativo do serviço social brasileiro admitem a educação na perspectiva ampliada, ou seja, a educação que extrapola o espaço formal do ensino.

Assim, a concepção de educação que orienta atualmente o trabalho do/a assistente social na política educacional está sintonizada na educação crítica, emancipatória, propositiva que visa a formação integral para o desenvolvimento das potencialidades humanas.

Neste sentido, as entidades representativas da profissão (conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS) reconhecem a educação como elemento extremamente significativo para que os indivíduos se reconheçam como sujeitos de direitos e assim balizar ferramentas que possam contribuir para os processos de transformação social, considerando a dimensão política, econômica, ideológica e cultural da educação. Desta forma, a luta do serviço social articulada com a comunidade educacional é a "ampliação e consolidação da cidadania, considerada primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras" conforme descrito no Artigo 3º da Lei que regulamenta a profissão de Serviço Social, um dos princípios explicitados no Código de Ética profissional do/a Assistente Social (CFESS, Lei nº 8.662/93), inserido neste contexto o direito a educação.

Este posicionamento político do serviço social em direção à democratização dos direitos humanos e sociais, o qual tem se manifestado radicalmente contra o projeto educacional hegemônico em curso, afirma o compromisso com a educação crítica, libertadora, voltada para formação humana, que possa contribuir com a emancipação política tendo como horizonte a emancipação humana, conforme mencionado anteriormente. Assim, não podemos considerar esta concepção de educação popular, democrática e participativa desarticulada de outros direitos sociais fundamentais.

Portanto, ponderar sobre a efetivação do trabalho do/a assistente social nas políticas educacionais pressupõe afirmar a concepção de educação que fortaleça a cidadania plena dos sujeitos usuários das políticas e que são materializados no acesso à saúde, moradia digna, cultura, lazer, segurança, alimentação, transporte, dentre outros direitos, ou seja, todos os elementos que majoritariamente estão ausentes na vida da população que são vítimas das desigualdades sociais, dentre elas destacamos as dificuldades de acesso, permanência e conclusão da escolarização em todos os níveis de ensino, principalmente de um significativo contingente da classe trabalhadora empobrecida.

Ademais, o serviço social tem como objeto central de trabalho a intervenção propositiva nas diversas manifestações da questão social, que são atendidas parcialmente pelas políticas sociais, públicas e privadas. Ao analisar o papel estratégico do trabalho do/a assistente social no âmbito da política educacional, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, contribuindo no processo de efetivação de formação humana com vistas a mobilizar o senso crítico dos sujeitos para que esses se reconheçam como sujeitos históricos e de direitos, assim possa desenvolver suas potencialidades que podem impactar na luta contra desigualdades sociais. Para tal ao assistente social se predispõe a atuar juntamente com os demais profissionais da comunidade escolar, no enfrentamento dos fenômenos sociais que pairam no universo educacional e impactam no processo de ensino-aprendizagem e assim, comprometem o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas tendo repercussão na vida social.

Ao refletir sobre a inserção do/a assistente social na divisão social do trabalho, é necessário contextualizar e levar em consideração o conjunto de processos demarcados por crises cíclicas que incidiram na esfera do trabalho e Serviço Social, imprimindo a categoria profissional a constante amplificação de desafios, tensionamentos e demandas profissionais.

Diante do exposto, o contexto em questão revela uma notável mudança morfológica nas demandas sociais e profissionais, e esse mesmo processo ocorre na transformação dos limites e possibilidades na intervenção profissional sobre esta realidade.

O contexto dos efeitos negativos causados pela redução e distribuição dos direitos sociais ao longo da história, evidenciados pela crise global do capital, de natureza estrutural, combinados com as medidas adotadas no âmbito econômico-financeiro e orientação neoliberal[3], indicam para além de uma crise no ordenamento social, repercussões nos valores e nos projetos sociais, que, de acordo com as concepções desenvolvidas por Netto (1999), em síntese os projetos sociais são:

> [...] aqueles que apresentam uma imagem da sociedade que se quer se construir, que contam com determinados valores para justificar sua construção e meios para concretizá-la. São projetos coletivos, onde suas propostas estão voltadas para o conjunto da sociedade. Porém, há concorrência entre diferentes projetos societários e, na realidade em que vivemos, os projetos societários que atendem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas contam sempre com condições menos favoráveis diante dos projetos das classes possuidoras e dominantes (Netto, 1999, p.4).

O que ocorre, portanto, é a predominância significativa do capital financeiro e seus projetos em ascensão, que fundamentam ideologicamente a funcionalidade de seu sistema tanto nos processos de produção quanto na reprodução das relações sociais, econômicas e políticas, com capacidade de distorcer quaisquer valores que contrariam a manutenção da ordem estabelecida.

As repercussões da crise desencadeada pela estagnação econômica no Brasil e em toda América Latina em meados dos anos de 1980[4], se reverberam na crise econômica mundial de 2008 (Harvey, 2011), provocando uma série de alterações que impactam significativamente no mercado de trabalho e na dinâmica de toda classe trabalhadora, em especial, do Serviço Social, foco do presente estudo.

Nesta conjuntura, o processo de reorganização geral do modo de produção capitalista, em nível global, desencadeou mudanças perceptíveis e relevantes, embrionário da busca

3 "O neoliberalismo como uma política de classe inspirada em uma ideologia econômica que busca ampliar a *mercadorização*, dando origem a formas de "acumulação por espoliação". Enfatizam-se a expansão e a renovação dos mercados globais, da privatização, da financeirização, dos modelos de gestão e de exploração do trabalho, expandindo as áreas e intensificando as formas de acumulação capitalista" (Andrade, 2019, p. 112).

4 "A crise econômica dos anos 80, a década perdida, foi objeto de inúmeros estudos de economistas. No caso brasileiro, a aceleração da inflação e a centralidade política da discussão sobre planos de estabilização econômica deram o tom aos primeiros governos civis posteriores ao regime autoritário, o de José Sarney (1985-1990) e o de Fernando Collor de Mello (1990). A sucessão de planos econômicos frustrados condicionou o processo político em seu conjunto, lançando dúvidas e temores com relação à própria consolidação das instituições democráticas" (Brasilio; Kugelmas, 1991, p. 145).

incessante do capital para sua ampliação e reprodução, assim, todas as modificações no mundo do trabalho são decorrentes à esta lógica.

O capital deste modo, passa a solicitar o extenso processo de restauração, que prescreve novas formas de enfrentamento – fator que não é novidade na dinâmica do capitalismo. Em vista disso, o que difere das demais crises acometidas pela lógica capitalista se trata da profundidade de sua crise e níveis de complexibilidade. Em suma, as respostas dadas à crise iniciada nos anos 1970 – resultante da reestruturação produtiva, contrarreforma do Estado e outros arranjos, posteriormente em 2008, outros elementos se impõem para além da complexificação desta conjuntura.

Este fator, incluindo a deterioração gradativa dos direitos sociais historicamente conquistados, são um dos motivos que impulsiona e exige o enfrentamento da categoria profissional sobre esta realidade.

Isso coloca na classe trabalhadora (especialmente aos assistentes sociais) a contradição e permite questionar: "qual é o estado da luta de classes hoje? Como é possível enfrentar este avanço do capital, considerando os limites e possibilidades da intervenção profissional neste cenário de crises profundas? Eis o dilema que persegue a longa data a categoria profissional.

É de suma importância ressaltar que essa conclusão teórica embasada em uma perspectiva crítica e emancipatória, não representa uma orientação singular para a categoria profissional. Ao considerar o/a assistente social como um agente ativo na dinâmica das relações sociais, as bases teóricas acompanham esse movimento e se atualizam de acordo com suas necessidades. Logo, ao considerar as estruturas da sociedade capitalista e seu potencial alienador, é comum que o/a assistente social não se reconheça como parte da classe trabalhadora, sendo alienado pelas circunstâncias objetivas e subjetivas da profissão, gerando, assim, uma reação de estranhamento em relação ao significado social de seu trabalho.

> A desvalorização e descartabilidade das pessoas aprofunda o processo de alienação e estranhamento do trabalho, radicalizando a coisificação das relações humanas e fragilizando as identidades individual e coletiva e a dimensão ética do trabalho, principalmente pela situação de desemprego estrutural (Raichelis, 2011, p. 430).

Nesse sentido, as bases teóricas da profissão, apresentam uma constante dupla tendência: por um lado, a possibilidade de reatualização do conservadorismo; e por outro, o potencial de avanço crítico na intervenção profissional por meio de qualificação, formação e institucionalização gradual da profissão na sociedade brasileira. O segundo, exige a consideração de uma atuação coerente com as demandas sociais que são apresentadas, indissociáveis do seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora.

Essa fragmentação e fragilização intencional, orientada pela lógica dominante, leva a uma interpretação pessoal das demandas sociais que são apresentadas, causando para o/a assistente social, o constante sentimento de fracasso e impotência justamente pelo distanciamento dos propósitos sociais da profissão por meio do trabalho coletivo. Como resultado, ao estabelecer esta individualidade frente às demandas apresentadas, reduz-se as possibilidades da construção de uma atuação contra hegemônica.

Conforme exposto anteriormente, a dinâmica de dominação e direcionamento das intervenções do/a assistente social na sociedade capitalista remonta aos primórdios da profissão, pois, o profissional em questão se enquadra na divisão social do trabalho em um contexto já marcado pelas manifestações da questão social, resultantes das crises cíclicas enfrentadas pelo sistema capitalista de reprodução e seu mecanismo de exploração e dominação sobre as classes sociais.

A presente realidade que permeia a categoria profissional, prescreve a necessidade de uma abordagem abrangente em relação à condição do/a assistente social enquanto trabalhador/a assalariado/a. Para tanto, é preciso compreender plenamente essa realidade, levando em consideração as dinâmicas que se manifestam na vida individual e no trabalho do/a assistente social, a fim de identificar as reais motivações subjacentes às suas contradições, os desafios que restringem a intervenção profissional, bem como às causas da precarização do trabalho e a flexibilização gradual dos direitos trabalhistas.

Nesse contexto, somente por meio de uma compreensão integral, embasada em uma perspectiva crítica, será possível empreender os esforços concretos para alcançar a autonomia relativa do profissional, bem como, a valorização salarial, o reconhecimento social e a adoção de estratégias de enfrentamento condizentes com a luta da classe trabalhadora. Essas ações visam promover benefícios e direitos que ampliam a cidadania de toda população, as quais incluem os/as assistentes sociais.

A EDUCAÇÃO DA TRISTEZA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI

O período de gestão de Jair Messias Bolsonaro apresentou como proposta um plano de governo com o intuito de assegurar o controle ideológico das classes populares urbanas enquanto mecanismo fundamental para implementar um projeto de privatização do ensino ao invés de garantir a sua democratização.

Dentre as principais propostas listadas, observa-se que uma delas defendia que o governo conseguiria alcançar maiores conquistas dispondo da mesma quantidade de recursos, o que apenas revela o caráter obscurantista e direitista dessas propostas, principalmente por contrariarem todas as medidas e ações consideradas de esquerda.

De maneira geral, as políticas fascistas passaram a adotar medidas que atacam diretamente a dimensão educativa e o projeto ético-político profissional de assistentes sociais, cujas ações são justificadas por considerarem os processos educativos emancipatórios um espaço de reprodução da "doutrina marxista".

Durante uma entrevista realizada pela Revista Veja no dia 31 de dezembro de 2018, Bolsonaro incentivou, durante os seus discursos de ódio, a necessidade de se combater o "lixo marxista" que está presente nas instituições de ensino, justificado por posicionamentos religiosos e conservadores que incentivam a adoção de ações de caráter ultranacionalistas que contrariam os princípios constitucionais e a laicidade do Estado. É possível compreender que tais discursos apenas incentivam a reafirmação da onda obscurantista que priva o desenvol-

vimento de conhecimentos e saberes científicos, além de atacar as ciências da natureza, da filosofia e das artes nos diversos espaços e ambientes educacionais.

Um dos principais desafios enfrentados pelos/as assistentes sociais para assegurar a construção de uma educação pública de qualidade consiste em desconstruir a sua imagem enquanto um sistema que comercializa serviços no contexto da Organização Mundial do Comércio (OMC), e que cujo papel esteja associado a uma instituição que possui um potencial meramente lucrativo no mercado de serviços educacionais. Conforme disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a educação deve ser reconhecida como direito fundamental ao pleno desenvolvimento da personalidade humana, responsável por fundamentar as bases do Estado Democrático de Direito.

Dentre os diversos ministros conservadores que passaram pelo Ministério da Educação (MEC) no governo Bolsonaro, pode-se citar o patriota, liberal-conservador, cristão e professor por vocação, Ricardo Vélez Rodríguez. De acordo com a notícia online divulgada pelo UOL no dia 31 de janeiro de 2019, o referido ex-ministro da educação ocupou o cargo no período de 01 de janeiro de 2019 a 09 de abril de 2019, e foi responsável pela reafirmação do caráter excludente e de expulsão das classes populares urbanas dos espaços das universidades ao afirmar que a universidade, do ponto de vista das capacidades, "não é para todos", e que esta deveria ser destinada somente para uma elite cultural dominante.

A partir das medidas adotadas, é possível indicar que o plano de governo apresentado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro pautava-se somente numa combinação privilegiada entre educação e mercado financeiro. Além de ferir o princípio constitucional da autonomia das universidades, observa-se que as organizações democráticas, republicanas e o pluralismo político também foram fortemente ameaçados por sua gestão obscurantista, de modo a ferir o poder de autodeterminação na elaboração das normas e na organização de serviços, programas e projetos em todos os Níveis e Modalidade de ensino.

De maneira geral, o governo Bolsonarista buscou combater a "ameaça esquerdista", as "doutrinações nas escolas", o "marxismo", o "homossexualismo" e a "ideologia de gênero" em defesa da família heteropatriarcal-cristã-racista-capitalista. Trata-se da difusão de discursos de ódio e de intolerância que visam controlar a construção de conhecimentos no âmbito do ensino e da pesquisa a partir da adoção de projetos ultraconservadores de educação nas diversas instâncias políticas que contribuem para a reafirmação da ideologia política e econômica de extrema direita.

Apropriado enquanto um recurso exploração, mercantilização e valorização do capital, é possível compreender que o mercado educacional data desde a emergência da crise capitalista de 1970, podendo ser caracterizada pelas consequências provocadas pela reestruturação produtiva, mundialização do capital e agudização das ações reacionárias da ideologia liberal. Indo ao encontro com os princípios e diretrizes obscurantistas do governo do expresidente, é notório que os antecedentes históricos do sistema educacional brasileiro retornam para a realidade contemporânea ao distribuir as suas atividades entre o Estado, a Igreja Católica e o empresariado, apreendidas como uma "cultura da crise", uma vez que a ausência da intervenção estatal não realiza questionamentos sobre os determinantes estruturais da crise do regime de acumulação capitalista. Após a década de 1980, essa cultura contribuiu para a reconstitui-

ção da hegemonia burguesa no Brasil, atacando principalmente os movimentos sociais que buscavam consolidar um sistema de proteção social universal (Mota,1995 *apud* Pereira, 2022, p.110).

Outro fator agravante do ex-governo de Jair Messias Bolsonaro que revela o retrocesso histórico no campo dos direitos sociais diz respeito ao projeto neoliberal inaugurado desde os anos 1990, que busca construir uma cultura antiestado superestimando os projetos da sociedade civil, como se esta fosse homogênea.

De acordo com as análises de Coutinho (2006), desde o final dos anos 1980, dois projetos societários apresentam concepções antagônicas e estão em constante disputa. O primeiro projeto é o liberal corporativo, segundo o qual o mercado possui espaço máximo na sociedade buscando fortalecer a sua despolitização, reduzindo as ações públicas na área social e que cujas ideias fundamentam-se na ideologia neoliberal. As suas intervenções reforçam a concepção de solidariedade, caridade e filantropia, além de direcionar as suas ações para o atendimento de demandas corporativas e não- classistas. Já o segundo projeto consiste na busca pela construção de uma democracia de massas, isto é, de uma concepção política voltada para ampliar a participação política da sociedade e democratizar as ações do Estado por meio de reformas que atendam às necessidades das classes populares urbanas e periféricas, e que contrariam os interesses privados e corporativos com vistas a consolidar um projeto societário amplo, universal e democrático (Coutinho, 2006 *apud* Pereira, 2022, p.111-112).

Diversas políticas sociais como a saúde, educação e cultura passaram a serem influenciadas pela noção de publicização, uma vez que são responsáveis por descentralizar para o setor público não- estatal - também compreendida como terceiro setor - a prestação de serviços que não envolvem o poder do Estado, mas que necessitam diretamente do seu apoio.

A participação da sociedade de classes também é velada e os recursos públicos são transferidos para o setor privado, de modo a destruir políticas públicas organizadas pelo princípio da universalidade.

Apropriado pelo discurso de justiça social, o Poder Executivo apenas intensificou as intervenções de sucateamento das políticas sociais justificadas pelos ajustes fiscais, além de atingir o mundo do trabalho, haja vista a precarização de contratações, salários inferiores e temporários.

Ainda nos dias atuais, é possível analisar que essas medidas contraditórias apenas reafirmaram a lógica burguesa de se construir um ensino possível para a geração do lucro, ou seja, rentável para o empresariado, barato e reprodutor dos seus princípios ideológicos. Somado a essas medidas e fortalecido cada vez mais pelas influências da mídia e das redes sociais, os meios de comunicação em massa têm caminhado em direção à manipulação das massas populares sob o amparo dos interesses do mercado financeiro internacional que tendem a reafirmar os princípios e valores burgueses, o que também reflete diretamente sobre as políticas sociais em geral, e as políticas educacionais em específico. A disseminação de informações também passou a moldar pensamentos e a coibir a liberdade de expressão em detrimento de conteúdos informativos, e que são organizados para a defesa de interesses econômicos e partidários do populismo de direita.

A América Latina também se deparou com o processo de recuperação histórica do regime ditatorial, apreendido enquanto símbolo de um passado que voltou a fazer parte das

nossas realidades em termos econômicos, políticos e culturais. A passagem para a ditadura civil-militar não ocorre somente por meio de golpes de Estado ou militares, mas também se torna possível por meios democráticos, em que o governante pode corroer todo o sistema por dentro. Na realidade contemporânea, é notório que o regime democrático fora violentamente esvaziado de seu significado social, e com isso a população passou a criticar os rumos tomados pela política, não se sentindo mais representada pelos partidos políticos, principalmente por serem enxergados enquanto defensores dos interesses privados das elites.

Esses fatores fazem com que lideranças autoritárias comecem a ganhar mais força e voz, de modo com que os seus ideais sejam naturalizados por setores das elites políticas e econômicas locais (Levitsky; Ziblatt 2018 *apud* Mayer, 2023, p. 14). Não obstante, a democracia é transformada em autocracia sob o discurso ideológico de se combater a corrupção e contribui para a promoção da segurança nacional. Destarte, a crise democrática no país está diretamente vinculada às dificuldades reais em processar demandas sociais de uma sociedade cada vez mais complexa e contraditória.

Ao associar tais aspectos ao modelo de gestão implantado pelo ex-presidente, torna-se evidente o fato de que as elites romperam o pacto com a classe trabalhadora ao acentuar medidas de destruição de seus direitos, do não atendimento às suas necessidades mais elementares e ao abrir espaço para a instauração de um ideário neoliberal ultrarradical. Nesse sentido, inicia-se um movimento de hiper individualização que não só é responsável pelo desmonte das políticas sociais, mas que também exclui os estratos populares urbanos e periféricos do modelo de sociabilidade ideal projetado pela classe dominante. Esse movimento também faz com que os indivíduos não consigam organizar-se politicamente, não se enxerguem enquanto parte de uma sociedade, isto é, de uma comunidade comum, mas tão somente como indivíduos que vivem em competição entre si lutando pela sua sobrevivência.

A partir da análise desses fatores, observa-se que o populismo direitista no Brasil foi responsável por implementar diversas medidas de exclusão em defesa de um modelo de sociabilidade harmônica e livre de conflitos diretos a partir da inter-relação entre as correntes de pensamento neoliberais e conservadores. Segundo as análises de Enchelstein (2019), o populismo surge como uma alternativa ao modelo fascista do início do século XX, buscando representar os interesses daqueles que não se sentem representados pelos sistemas políticos existentes. Logo, as reações da população contra as elites políticas passaram a ser instrumentalizadas por grupos que buscam destruir o sistema vigente e instaurar um novo regime de governo pautado num perfil sócio-étnico-cultural dominante, ou seja, do homem branco cristão ocidental.

Os grupos partidários dessa vertente atuam em defesa de um regime específico formado por um modelo cultural e totalitário que possuem valores tradicionais em oposição às lutas históricas da população negra, indígenas, comunistas, à comunidade LGBTQIAPN+, ao feminismo, dentre outros setores sociais que influenciam diretamente na construção identitária do perfil predominante de quem acessa e permanece nos diversos espaços da educação no país.

No âmbito do ensino e aprendizagem, observa-se que tais consequências atingem todos os espaços educacionais, uma vez que buscam cercear o pleno desenvolvimento do pensamento crítico de crianças, adolescentes e jovens a partir das pautas de ordem e de disciplina.

> Uma das investidas do governo de Jair Messias Bolsonaro foi implementar ataques constantes à educação e aos educadores, de modo a menosprezar o trabalho até então realizado. Por isso, algumas ações evidenciaram a necessidade de colocar "ordem" no campo educacional brasileiro e uma delas foi materializada na proposta de instituir um programa que priorizasse a atuação das forças de segurança dentro de escolas (Boutin; Flach, 2003, p.40).

O cenário pandêmico abriu espaço para uma série de retrocessos no campo dos direitos humanos e sociais, caminhando principalmente em direção à privatização da educação pela agenda neoliberal ultrarradical, além de desafiar o trabalho profissional de assistentes sociais. Um dos aspectos que podem ser elucidados nesse contexto diz respeito à desarticulação de estratégias e ações entre os municípios, estados e o Distrito Federal, haja vista a adoção de políticas negacionistas que impossibilitam a compreensão de todas as particularidades de vida dos/as estudantes, além da falta de incentivo à construção de um currículo de ensino que confira maior articulação de toda a comunidade escolar com vistas à formação continuada de professores/as para a reafirmação de um modelo de educação integral e efetivo.

O compromisso ético e político de atenção às diversidades sócio-étnico-culturais que constroem o perfil predominante de quem acessa, permanece e conclui as etapas de ensino estão fadadas ao esquecimento.

A partir das reflexões realizadas, torna-se evidente que a agenda da educação brasileira apresenta um forte retrocesso histórico sob a influência de uma elite dominante ultrarradical que ameaça a educação crítica, os direitos humanos e sociais, as conquistas trabalhistas e silencia o protagonismo dos movimentos sociais. Esse retrocesso busca recuperar as bases de um modelo educacional moral e cívico, principalmente na Educação Básica, além de censurar professores/as nas salas de aula, monitorar os conteúdos dos materiais didáticos para a aplicação do Enem - principalmente de todo material bibliográfico que analisa o saldo deixado pela ditadura civil-militar no país - além de atingir o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma vez que passaram a sofrer com o seu desfinanciamento a partir das medidas de privatização implantadas.

Todos os elementos teóricos e as análises apresentadas apenas reforçam a busca pela manutenção de uma estrutura social injusta, desigual e dividida por interesses antagônicos sustentados pelas relações de conformidade e subserviência. A agenda política implantada pelo período Bolsonarista esteve atrelada ao pensamento conservador de defesa da família tradicional e da religião em oposição à esquerda e com forte viés militarista e de armamento da população. Mas porque analisar gestão do governo Bolsonaro sendo que está se findou? Justamente porque revisitar este processo histórico recente é essencial para interpretar o momento atual e compreender a correlação de forças atuais. O saldo deixado pelo governo no âmbito da educação brasileira apenas tornou evidente o processo de esvaziamento dos programas e projetos que inviabilizam e excluem diversos/as estudantes das agendas governamentais e da participação no mapeamento de políticas públicas educacionais socialmente referenciadas.

A "educação da tristeza" se tornou parte da realidade de milhares de estudantes pelo país, abrindo espaço para a difusão da pedagogia do medo e do controle, tornando hegemônica no interior da educação brasileira os valores morais, militares e autoritários, e que são

utilizados enquanto pilares fundamentais para a sustentação de um modelo de ensino conformista e precarizado em todo o território nacional.

Com o objetivo de contribuir para a defesa do direito à educação nas redes públicas de educação básica e para a promoção do bem-estar social de professores/as, estudantes, familiares, direção e toda a equipe técnica, a partir de um longo movimento de luta da categoria profissional de assistentes sociais e de psicólogos através de suas entidades representativas, cerca de vinte anos, foi aprovada a Lei n° 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais no âmbito dos estados e municípios, de forma integrada e qualificada.

As ações interdisciplinares de psicólogos/as e assistentes sociais nas redes de ensino possuem um importante papel e responsabilidade social para o fortalecimento das condições de permanência na educação e para a defesa do bem-estar social de toda a comunidade escolar. O trabalho realizado pelas equipes multiprofissionais também contribui para a manutenção da saúde mental, o desenvolvimento da criatividade e das relações interpessoais, a construção de espaços educacionais mais plurais e inclusivos, além do incentivo à capacitação e formação continuada de todo o quadro de profissionais da educação.

Ademais, a profissão de Serviço Social carrega uma importante responsabilidade de construir de maneira coletiva e interdisciplinar com as demais profissões que atuam no trabalho coletivo desenvolvido no âmbito da educação, um novo currículo educacional que seja capaz de incentivar a construção do pensamento popular, da interculturalidade, de uma formação permanente que envolva os aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos, principalmente, de metodologias pedagógicas que estejam sintonizadas ao cotidiano da vida social, ou seja, das realidades vivenciadas por milhares de estudantes que lutam diariamente para acessar, permanecer e concluir as diversas etapas e níveis da educação pública no país.

A luta, que foi travada para aprovação da referida lei ainda não terminou, ainda há uma longa jornada repleta de embates e desafios que precisam ser enfrentados, para a sua implementação em todos os municípios do território brasileiro. Defender uma formação qualificada, livre, plural e emancipatória onde estudantes possam comandar a própria vida e o futuro da sociedade precisa ser diária. Mas para que essa formação seja efetiva, é preciso garantir que haja "uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica" (Gramsci, 2004e, p.75).

Diante da complexidade da realidade social, permeada por acirramento das expressões da questão social que incidem sobremaneira no universo educacional outros saberes são necessários para efetivar que a escola cumpra seus objetivos, dentre eles destacamos a significativa contribuição de assistentes sociais e psicólogos, cada qual, poderão colocar o seu arsenal de conhecimentos, habilidades e expertises para, juntamente com os demais profissionais da educação, com estudantes e suas respectivas famílias possam mobilizar esforços para efetivar o direito à educação pública, laica, de qualidade socialmente referendada e para todos, todas e todes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 o Brasil foi surpreendido pela emergência de um vírus que deflagrou fortes riscos de contaminação e que, em decorrência da sua expansão desenfreada, tornou-se uma pandemia cujas proporções saíram do controle das instâncias da política de saúde. Para além desta situação de emergência nacional, diversas intervenções reacionárias e genocidas do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) foram colocas em prática, iniciando pelo negacionismo da gravidade da pandemia e dos percalços presentes no seu enfrentamento, tais como: o parco investimento no âmbito da saúde pública na efetivação de medidas preventivas (vacinas) e também curativas (fornecimento de equipamentos médicos hospitalares) dentre outros; e principalmente pela falta de coordenação nacional nas ações da área da saúde púbica acrescida da demora em viabilizar o isolamento social evitando a proliferação do vírus.

Diante desse cenário de contradições, o século XXI encontra-se imerso aos interesses do "Estado da morte" e de uma crescente guerra cultural que avança sem precedentes, e que atinge especialmente a classe trabalhadora, portanto incide também na categoria profissional de assistentes sociais, dentre outras profissões indispensáveis para a defesa dos direitos sociais historicamente conquistados. A ideologia neoliberal organizou-se de maneira inteligente e de forma estratégica a partir da adoção de políticas de contenção e de controle das classes populares urbanas que sofrem diariamente com a violação dos seus direitos, não apenas sociais mas também humanos, e que foram historicamente conquistados pela organização e mobilização dos movimentos sociais por meio das lutas políticas e da articulação popular.

Nessa perspectiva, as análises e reflexões apresentadas pelo presente estudo teórico revelam que ainda há uma longa jornada de luta e resistência para que a inserção de assistentes sociais no âmbito da educação brasileira seja efetivada, tendo em vista a reafirmação do projeto ético-político profissional em defesa de políticas públicas educacionais que construam espaços mais inclusivos e diversificados sócio-étnico-culturalmente.

As transformações sócio-históricas do significado social, ético e político da profissão em Serviço Social indicam que, a partir da inserção da categoria profissional na divisão social e técnica do trabalho e, ainda que a profissão tenha sido marcada pelo cenário de crises cíclicas e determinações contraditórias instaurado num país de capitalismo periférico e dependente como o Brasil, é importante compreender que a categoria profissional desenvolve um importante trabalho educativo em todos os espaços sociais e de intervenção profissional. E por esta razão, o papel da educação precisa estar diretamente situado no exercício das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política dos/as assistentes sociais, materializando-se nos espaços de trabalho em oposição aos efeitos persuasivos da dominação externa burguesa.

Nesse sentido, os sucessivos ataques frontais provocados pela política privatista de inspiração neoliberal no campo econômico, político, social e cultural demonstraram que, nos últimos anos, as relações de produção e exploração intensificaram e ganharam novas bases de apoio na atual conjuntura societária, uma vez que a realidade brasileira contemporânea encontra-se dominada por um neofascismo que se alimenta de vidas humanas e que estabelece relações hierárquicas de poder e de exploração por uma elite econômica ocidental, branca, heterossexual e cisgênero. Nessa perspectiva, as categorias de classe social, raça/etnia, gênero

e sexualidade não podem ser apreendidas de maneira isolada, principalmente por estarem dialeticamente indissociáveis entre si, e por contribuírem para a análise das desigualdades e do agravamento das expressões da questão social.

> O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (Iamamoto, 2005, p.17).

Destarte, não podemos nos conformar com o quadro de contrarreformas e dos crescentes retrocessos históricos no âmbito das políticas sociais, especificamente da política de educação brasileira. É importante que haja maior investimento do orçamento público para a implementação de políticas públicas, de modo a reafirmar o seu papel intersetorial na garantia de maior qualidade em todas as Etapas e Níveis da educação nas redes públicas de ensino. O processo de organização, planejamento e gestão das universidades não podem deixar de atender às necessidades presentes no âmbito da política de educação, especialmente no que concerne ao controle do orçamento destinado para a sua manutenção, com o intuito de conferir maior transparência em relação aos gastos públicos no âmbito das instituições de ensino do país.

A educação e o seu papel político precisam, portanto, serem apreendidos enquanto um importante instrumento de luta e resistência capaz de emancipar segmentos submetidos a condições violentas de opressão, e que são cristalizados no interior das relações de desigualdades do sistema de poder da ideologia neoliberal. Assim, urge a necessidade de fortalecer o protagonismo estudantil e os movimentos coletivos de luta e defesa da educação pública que têm sido atingidas pelas consequências da crise econômica, política, social, ambiental e sanitária, intensificada pela agudização das expressões da questão social, e que caminhe em defesa dos direitos humanos e sociais historicamente conquistados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. **O Serviço Social na Educação:** novas perspectivas sócio-ocupacionais. *In*: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2007, Belo Horizonte. **Anais [...].** Belo Horizonte: [s. n], 2007. Disponível em: https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_soc io_ocupacionais1.pdf. Acesso em: 8 nov. 2022.

ANDRADE, D. P. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 109–135, maio 2019.

BRASIL. Constituição (1993). **Código de Ética Do/a Assistente Social n. 8.662, de 13 de março de 1993**. 10. ed. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. **Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASILIO, S.; KUGELMAS, E. **O Leviathan declinante**: a crise brasileira dos anos 80. [S. l: s. n.], 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/jDQk7ng6k7G3xv5sYwRzBXK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 jul. 2023.

BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. F. Disciplina, ordem e pensamento aprisionado: a lógica das escolas cívico-militares. *In*: FOLTRAN, E. P.; RODRIGUES, M. de F. (org.). **Efeito Bolsonaro na educação:** análise crítica. Ponta Grossa: ZH4, 2023. p. 34-53.

REVISTA VEJA ONLINE. **Bolsonaro diz que vai combater 'lixo marxista' nas escolas**. 2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-vai-combater-lixo-marxista-nas-escolas. Acesso em: 29 jul. 2021.

COUTINHO, C. N. **Intervenções**: o marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Cortez, 2006.

DENTZ, M. V; SILVA, R. R. D. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015.

GRAMSCI, A. Homens ou Máquinas? *In*: GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2, p. 73 - 76.

HARVEY, D. **The enigma of capital and the crises of capitalism**. Londres: Profile Books, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MANTOVANI, B. A. **Um enfoque sobre o analfabetismo (1915-1939)**. São Paulo: USP, 2012.

MAYER, R. O ovo da serpente do século XXI: crise da democracia, neoliberalismo e populismo de direita. *In*: FOLTRAN, E. P.; RODRIGUES, M. de F. (org.). **Efeito Bolsonaro na educação:** análise crítica. Ponta Grossa: ZH4, 2023. p. 10-33.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do serviço social**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Brasília: Associação Brasileira de Estudo e Pesquisa em Serviço Social; Conselho Federal de Serviço Social, 1999. 22 p.

POCHMANN, M. **Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil.** 2023.

PEREIRA, L. D. **Educação e Serviço Social:** da Igreja ao empresariado. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2022.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, [S. l.], n. 107, p. 420–437, set. 2011.

UOL ONLINE. **Universidade "não é para todos", mas "somente para algumas pessoas", diz ministro da educação**. 2019. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/universidade-nao-e-para-todosmassomente-para-algumas-pessoas-diz-ministro-da-educacao/. Acesso em: 21 maio 2023.

VIEIRA, B. O. **História do serviço social:** contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DE AUTORES E AUTORAS

1 Adriana Freire Pereira Férriz - Doutora em Sociologia, professora de Serviço Social na UFBA. Pesquisa democracia, controle social, políticas de educação e Serviço Social na educação. E-mail: adriana.ferriz@ufba.br

2 Eliana Canteiro Bolorino Martins - Pós-Doutora em Serviço Social pela UERJ (2019), doutora pela PUC/SP (2007) e mestre pela UNESP (2001). Docente na UNESP/SP e bolsista de produtividade CNPq. Lidera o GEPESSE e pesquisa política de educação e atuação do assistente social na educação e área sociojurídica. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

3 Wagner Roberto do Amaral - Graduado em Serviço Social, mestre e doutor em Educação, com pós-doutorados em Estudos Interculturais (México) e Educação Superior para Povos Indígenas (Argentina). Professor na Universidade Estadual de Londrina e ex-diretor de Diversidade na Secretaria de Educação do Paraná (2004-2010). Atua na coordenação nacional para implementar a Lei 13.935/2019 pela ABEPSS.Graduado em Serviço Social, Mestre e Doutor em Educação, Pós-doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana/México e Pós-doutorado em Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres Febrero/Argentina. Professor do Departamento de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Atuou como Diretor do Departamento da Diversidade na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2004-2010). Membro da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 – Assistentes Sociais e Psicólogas/os na educação básica representando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

4 Eblin Farage - Assistente social formada pela UFF, mestre e doutora em Serviço Social pela UFRJ e UERJ. Professora associada e coordenadora do NEPFE na UFF. Trabalhou na Maré, onde ajudou a fundar a Redes da Maré, e pesquisa temas urbanos, favelas, educação popular e movimentos sociais. Assistente Social formada pela UFF, Mestre e Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e da UERJ, respectivamente. Atualmente é professora associada da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Trabalhou na Maré por mais de dez anos, onde contribuiu com a fundação da Redes da Maré. Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão no campo da questão urbana, com ênfase em favelas e na Maré, educação popular, movimentos sociais e educação superior pública. E-mail: farage.eblin@gmail.com

5 Carlos Felipe Nunes Moreira - Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutor em Serviço Social. Graduando em Pedagogia. E-mail: felipe_pito@yahoo.com.br

6 Amor António Monteiro - Doutor e mestre em Serviço Social pela PUC-SP, diretor e professor na Universidade Católica de Angola e pesquisador no CNPq. Atua em saúde pública, auditoria e assistência social. Autor de dois livros e consultor em desenvolvimento comunitário.

7 Simão João Samba - Graduado em Serviço Social, com mestrado e doutorado pela PUC-SP e especialização em Agregação Pedagógica pela Universidade Católica de Angola. Professor e pesquisador na área de Serviço Social, atua em temas como exclusão social, desigualdade, juventude e trabalho informal.

8 Eliana Gricel Vasquez - Directora de Psicología Comunitaria y Pedagogía Social na Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires. Professora adjunta em Política e Instituciones Educativas na Universidade Nacional de La Plata e em Teoria da Intervenção I na Universidade Nacional Arturo Jauretche. E-mail: elianagricelv@yahoo.com.ar

9 Rafael Gonçalves dos Santos - Assistente social, bacharel e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Campus de Franca/SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPIA).Assistente Social.Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadua. ORCID: http://orcid.org/0000-0003-3096-7223. E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

10 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e Pós-Doutora pela UERJ. Docente na UNESP (Campus de Franca/SP) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). Coordenadora do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. Assistente Social. ORCID: orcid.org/0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br.

11 Yukari Yamauchi Moraes - Bacharel em Serviço Social e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP (Campus de Franca/SP), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Eliana Bolorino Canteiro Martins. Membro do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. ORCID: 0000-0001-8730-7053 E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

12 Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana - Assistente social, graduada pela UERJ, com especializações em Projetos Sociais e Saúde do Idoso. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora de equipe multiprofissional em educação profissional e membro de grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. ORCID: 0009-0003-5716-0187. E-mail: paulacunhag@hotmail.com

13 Williana Angelo - Assistente social no Instituto Federal de São Paulo – IFSP, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP., ORCID: 0000-0001-6708-6628. E-mail:, williangel@gmail.com

14 Fernanda Andrade Garcia - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca - SP. Integrante do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0003-2023-1167. E-mail: fernanda.garcia@unesp.br

15 Gustavo José de Toledo Pedroso - Professor da Unesp/Campus de Franca, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, SP. Doutor em Filosofia pela USP e Pós-Doutorado em Filosofia pela USP. Coordenador do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0001-6555-0175. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br

16 Edgar Antônio Nery Alves Camelo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduado, Lato Sensu em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG). Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, (PPGS/UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamento Marxista, NEAM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais NEMOS. ORCID 0009-0009-6744-8583. E-mail: edgarnery@gmail.com

17 George Francisco Ceolin - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário de Lins. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de estudos Motyrõ - Trabalho, Questão Social e Direitos Humanos na Periferia do Capitalismo, da Universidade Federal de Goiás, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID 0009-0000-66171847. E-mail: georgeceolin@ufg.br.

18 Tereza Cristina Pires Favaro - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás. ORCID: 0000-0003-4265-9965. E-mail: favaro@ufg.com

19 Aline Miranda Cardoso - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0009-00012837-0041. E-mail: aline.cardoso@ifrj.edu.br.

20 Arlene Vieira Trindade - Assistente social, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atua no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e é membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-4021-2783. E-mail: arlenetrindade@yahoo.com.br.

21 Jéssica Oliveira Monteiro - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus Rio das Ostras. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0000-0002-5993-9253 E-mail: jessicaoliveiramont@gmail.com.

22 Patricia Lima do Nascimento - Assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre pela UERJ. Doutoranda em Serviço Social na UERJ e atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-6024-8302. E-mail: patilimaseso@gmail.com.

23 Elaine Cristina Estevam - Psicóloga Social. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Psicóloga da Prefeitura de Franca. Membra do grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-0426-6485. E-mail: elaine.estevam@unesp.br

24 Maria José de Oliveira Lima - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Departamento de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

25 Eduardo Lima - Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduando em Serviço Social na Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP e do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades. ORCID: 0000-0002-6356-5100. E-mail: elima2929@gmail.com

26 Maria Fernanda Avila Coffi - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Membra do grupo de pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidade. ORCID: 0000-0002-6708-3459. E-mail: mfernandacoffi@gmail.com

27 Ewerton da Silva Ferreira - Licenciado em Ciências Humanas e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membra do NEJUC - Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea ORCID: 0000-0001-7588-0338. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

28 Por: Amanda Bersacula - Assistente social, graduada pela UniRedentor, com mestrado em Ensino pela UFF e doutoranda em Educação na mesma instituição. Atua no Instituto Federal Fluminense (IFF) e é membro do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural. NUTHIC. ORCID: 0000-0002-7107-7756. E-mail: amanda.bersacula78@gmail.com

29 Zoia Prestes - Pedagoga com graduação e mestrado em Ciências Pedagógicas pela Universidade Estatal de Pedagogia de Moscou (MGPU). Doutora em Educação pela UnB. Professora na Faculdade de Educação da UFF, atuando nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFF). Coordenadora do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural (NUTHIC). ORCID: 0000-0002-1347-3195. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br

30 Maria Gabriela Pereira da Silva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina -UEL, especialista no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência. Mestrado em Serviço Social pela UEL. Assistente Social do Hospital Universitário de Londrina. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1770-7498. E-mail: maria.gabrielaa@uel.br.

31 Ana Patrícia Pires Nalesso - Assistente social, especialista em saúde pública, mestre pela PUC-SP e doutora pela UEL. Coordenadora de pesquisa sobre desigualdade social em Londrina e do projeto de extensão "Recriar". Professora no Departamento de Serviço Social da UEL. Orcid ttps://orcid.org/0000-0002-2903-738X , E-mail apatriciapn@uel.br.

32 Cristiano Costa de Carvalho - Assistente social, graduado em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP e bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do GEPESSE e do QUAVISSS.E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

33 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. PósDoutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

34 Eunice Paulo Chichava - Licenciada em Planificação e Administração de Gestão de Educação pela Universidade Pedagógica da Cidade de Maputo, Moçambique. Gestora de recursos humanos desde 2011 no Governo do Distrito de Boane. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP - Campus de Franca. E-mail: e.chichava@unesp.br

35 Juliana Viegas Guimarães - Assistente Social. Graduação em Serviço Social e especialista em Instrumentalidade e Técnicas-Operativas em Serviço Social, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: juviegasg@gmail.com

36 André Monteiro Moraes - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS - UEPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE - UFBA/UNESP/UERJ). Membro do Grupos de Estudos O círculo de Bakhtin em diálogo (cadastrado no DGP/CNPq/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa A Reforma do Ensino Médio (Lei no 13.415/2017): implicações para as redes estaduais e institutos federais da Região Nordeste (IFRN). Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID: https://orcid.org/0000-00033425-0457. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

37 Edna Medeiros do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Assistente Social da Pró-Reitoria Estudantil, da Universidade Estadual da Paraíba. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional do CRESS/Campina Grande/PB, ORCID https://orcid.org/0009-0009-8510-9008. E-mail: ednamedeirosnascimento@gmail.com .

38 Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com Especialização em Políticas Públicas e Assistência Social pela Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FURNE. Mestrado em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), vinculado à UNESP de Franca/SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGEd/CH-UFCG/CNPQ). Membro da Subcomissão de Educação do CRESS/Seccional de Campina Grande-PB. Assistente Social da rede pública de educação básica do município de Areial-PB. ORCID https://orcid.org/0000-0002-0426-827X E-mail: kivaniass@gmail.com

39 Maria Dolores Melo do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Atualmente, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGed/CH-UFCG/CNPQ). ORCID:0009-0008-9948-0759. E-mail:maria.dolores@estudante.ufcg.edu.br

40 Maria Noalda Ramalho - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), com exercício na Política de Educação. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, UERJ e UFBA. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID https://orcid.org/0009-0004-8699-9624 . E-mail: noaldaramalho@hotmail.com.

41 Flávia Pacheco Sanchez - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: 00090008-6707-7930. E-mail: flavia.pacheco@unesp.br

42 Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e Doutorado em Serviço Social pela UNESP. Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide - Espanha. Docente do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais). ORCID: 0000-0002-0691-7528. E-mail: andreia.liporoni@unesp.br

43 Ariane Rego Paiva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais - GESPD/ PUC-Rio. ORCID: 0000-0002-5827-6355. E-mail: arianepaiva@puc-rio.br

44 Ana Laura Batista Marques - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos (NETPDH). ORCID: 0009-0006-6290-7435. Email:ana.b.marques@unesp.br.

45 Maria Yumi Buzinelli Inaba - Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social (GEPPIDES), do Grupo de Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas "Elza Andrade de Oliveira" (Nepps). ORCID: 0009-0006-8818-1206. E-mail: maria-yumi.inaba@unesp.br.

46 Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0003-4776-6241. E-mail: fabiahalana@hotmail.com

47 Maria Francisca Máximo Dantas - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/ Campus Cuité-PB). Membro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do CES/UFCG. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS – UFPB. ORCID: 0000-0003-3489-8034. E-mail: mariamaximodantas@yahoo.com.br .

48 Thélia Priscilla Paiva de Azevedo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0002-2546-8828. E-mail: theliapaiva@gmail.com.

49 Ney Luiz Teixeira de Almeida - Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1996) e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência nas áreas de Educação e de Serviço Social. Atua principalmente em atividades de ensino de graduação e pósgraduação, pesquisa, extensão universitária e assessoria vinculadas ao trabalho no âmbito das políticas públicas, particularmente, na política educacional. Membro do corpo de professores permanentes do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ e membro do corpo de professores colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da (PPFH) da UERJ. Vice-líder do Diretório Grupo de Pesquisa "Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0003-2865-7330. Email: neylta@hotmail.com

50 Natália Ibiapino Proença - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0001-7732-4773. Email: nataliaibproenca@gmail.com

51 Edilene Rodrigues de Santana Silva - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, extensionista e estagiária do NSEPP membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0004-2384-9899. Email: edilenerss1@gmail.com

52 Brenda do Nascimento Gama - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEPP-UERJ) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0006-9949-0127 Email: brenda.gama@yahoo.com

53 Yasmin Oliveira Burgos - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista e estagiária do projeto de extensão Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0007-8245-9569. Email: yasmin.burgos.03@gmail.com

54 Adeildo Vila Nova - Assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo, doutorando em Serviço Social pela PUC-SP e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Pesquisador nos núcleos de Identidades, Aprofundamento Marxista e Crianças e Adolescentes da PUC-SP, além de Diretor-Primeiro Secretário na AASPTJ-SP. ORCID: 0000-0001-8014-1804. E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

55 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membra do grupo de estudos Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social. ORCID: 0009-0008-1068-1766. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

56 Marize Rauber Engelbrecht - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado e Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Membra do grupo de pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social e do Grupo de Estudo e Pesquisa e Políticas Ambientais e Sustentabilidade/ GEPPAS. ORCID: 0000-0002-7657-0662. E-mail: omarize@hotmail.com.

57 Vantuir Trevisol - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. ORCID: 0009-0009-4715-4705. E-mail: vantuirtrevisol@hotmail.com.

58 Yara Dias Fernandes - Assistente Social formada pelo Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS/MG) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Atualmente, atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS-Campus Machado) e é membro do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Sexualidade do mesmo campus. ORCID: 0000-0003-2996-7074. E-mail: yara.dfernandes@gmail.com.

59 Lilian Aparecida Carneiro Oliveira - Pedagoga no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0002-1543-7964. E-mail: lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br.

60 Lilian Perdigão Caixêta Reis - Professor Associado I da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação. Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: 0000-0001-6827-871X. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br.

61 Emmanuella Aparecida Miranda - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAMINAS e Pedagogia pela UNIRIO. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé. Membra do grupo de estudos Trabalho, sociabilidade e gênero da Universidade Federal de Viçosa. ORCID: 0000-0002-5562-8159. E-mail: emmanuella.miranda@ufv.br

62 Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011). Recebe Bolsa de Incentivo à Qualificação do Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé, instituição onde atua como assistente social desde 2014. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social na Educação (GEPESSE) e do Grupo de Estudos Gramsci e Educação. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9902-4683 Email: deboraspotorno@gmail.com

63 Nívia Barreto dos Anjos - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UCSAL. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo CEFET-BA. Assistente Social do IF Baiano Campus Santa Inês. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE. ORCID: https://orcid.org/00000002-4225-9868. E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

64 Mariana Mendes Novais de Oliveira - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFBA. Especialista em Práticas do Serviço Social nas Políticas Públicas pela UNIFACS., Assistente Social do IF Baiano – Campus Valença. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2939-4480. E-mail: mariana.oliveira@ifbaiano.edu.br

65 Tatiana Pereira Sodré - Graduada e doutora em Psicologia, com MBA em Gestão de Recursos Humanos e especializações em EAD e Psicoterapia. Professora no Instituto Federal de Roraima, possui ampla experiência em psicologia organizacional, atuando em docência, consultoria e projetos de avaliação de políticas públicas.

66 Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo - Mestre em Educação pela UFRRJ, especialista em Psicologia Hospitalar e graduada em Psicologia. Psicóloga no IFRR, atua em Psicologia do Trabalho e Organizacional, focando em qualidade de vida, saúde do servidor e psicologia positiva. Possui experiência em Psicologia Escolar e Educacional.

67 Wilma Moraes - Graduada em Serviço Social pela UFRJ e mestre em Educação pela UFRRJ. Assistente social no Instituto Federal Fluminense, com experiência em educação e saúde pública, focando em saúde do trabalhador, assistência estudantil e prevenção nas escolas.

68 Lígia da Nóbrega Fernandes - Graduação em Serviço pela UERN, Mestrado em Serviço Social pela UFRN e Doutora em Serviço Social pela (UNESP/Franca). Atualmente, é docente do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima-UERR, Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR (Campus Boa Vista) e compõe o GEPESSE (UNESP/Franca). ORCID: 0009-0004-7941-1132. E-mail: ligiadanobrega@gmail.com

69 Vanilda Soares Santos - Mestranda em Serviço Social (UNIFESP) Brasileira, Graduada em Serviço Social (UNISAL), atuando nas políticas de ações afirmativas na UNICAMP. E-mail: vani@sae.unicamp.br

70 Cibele Papa Palmeira - Coordenadora do Serviço Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp. Graduada em Serviço Social pela PUC Campinas-SP (1998). Pós graduada em Serviço Social em Pediatria (Unicamp - 1999). E-mail: cibelepp@unicamp.br

71 Vanessa Tank Piccirillo Komesu - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: vanessptk@unicamp.br

72 Franciana Nogueira Correa - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: francinc@unicamp.br

73 Sônia Maria Pereira - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: somape@unicamp.br

74 Joelma Mendes dos Santos - Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Serviço Social (PPGSS/UFBA), e-mail: joelmams@hotmail.com.

75 Célia Maria Grandini Albiero - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP). Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUC/SP). Docente em Serviço Social (UFT/TO). Líder e Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Em estágio Pós-Doutoral no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0002-9036-7134. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br.

76 Maísa Miralva da Silva - Assistente Social. Graduação pela PUC Goiás em Serviço Social (PUC-Goiás). Mestrado e Doutorado em Política Social pela UnB. Docente em Serviço Social (PUC-Goiás) e atualmente Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (UFG). Supervisora Adjunta do Pós-Doutorado no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0003-2852-5362. E-mail: maisa@ufg.br.

77 Ricardo Barbosa de Lima - Cientista Social. Licenciatura em Ciências Sociais (UFG). Bacharelado em Ciências Sociais (UFG). Mestrado em Sociologia (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB), com período sanduíche na UNAM, México. Docente e Supervisor do Pós-Doutorado do PPGIDH/NDH (UFG). ORCID: 0000-0002-0819-620X. Email: ricardobl@ufg.br.

78 Ivanice de Oliveira Candido Neres - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina-PR. ORCID: 0001-9159-550X. E-mail: ivanice_candido@hotmail.com

79 Jaqueline Budny - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0000-4959-6480. E-mail: jaquelinebudny@yahoo.com.br.

80 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE - *campus* Toledo-PR. ORCID:0009-0008-1068-1766 E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

81 Merielle Martins Alves - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Unimontes. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0004-34439246. E-mail: merielle.martins@ufu.br

82 Clara Rodrigues da Cunha Oliveira Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social Universidade Cândido Mendes. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0002-2809-4726. E-mail: claracunha@ufu.br

83 Fernanda Rodrigues Arrais - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Estudos PósGraduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membra do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. ORCID: 0009-0003-5142-0152. E-mail: ferodrigues0505@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

1. Assistência Estudantil

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

2. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

19, 24, 25, 34, 44, 47, 56, 61, 62, 69, 91, 93, 117, 137, 141, 143, 154, 224, 241, 282, 292, 293, 308, 309, 508, 509, 536, 549, 568, 595

3. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

24, 25, 219, 300

4. COVID-19

15, 43, 204, 208, 213, 232, 236, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 283, 285, 286, 288, 293, 309, 349, 382, 460, 470, 478, 481, 482, 483, 486, 487, 493, 502, 523, 572

5. Direitos Humanos

62, 117, 121, 124, 127, 193, 195, 199, 249, 250, 266, 285, 317, 321, 322, 323, 324, 343, 364, 460, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 473, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 554, 555, 556, 557, 558

6. Direitos Sociais

15, 28, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 143, 145, 221, 222, 225, 226, 227, 242, 243, 282, 300, 304, 311, 334, 336, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 401, 419, 442, 501, 534, 548, 549, 555, 565, 569

7. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

8. Educação Básica
43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 124, 125, 144, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 233, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 249, 251, 261, 269, 276, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 298, 299, 300, 301, 304, 307, 308, 309, 310, 312, 336, 355, 357, 358, 400, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 429, 431, 434, 442, 503, 515, 588, 601

9. Educação Inclusiva
68, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 355, 357, 358

10. Educação Popular
14, 15, 16, 59, 42, 51, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 74, 84, 85, 117, 193, 249, 347, 365, 475, 476, 608, 613

11. EJA (Educação de Jovens e Adultos)
48, 75, 222, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 344, 423, 431

12. Ensino Fundamental
30, 49, 233, 310, 326, 334, 337, 341, 349, 431, 550

13. Ensino Médio
29, 49, 88, 221, 222, 223, 233, 235, 236, 251, 326, 337, 341, 354, 356, 358, 401, 414, 415, 417, 419, 421, 421, 422, 423, 429, 438, 469, 504, 518, 519, 252, 540, 565, 586, 596, 597, 598

14. Equipes Multiprofissionais
35, 44, 50, 54, 125

15. Ética Profissional
125, 540

16. Evasão Escolar
28, 35, 89, 93, 242, 269, 276, 285, 286, 288, 296, 327, 339, 603

17. Experiências Profissionais
14, 24, 50, 365, 370, 532, 547

18. Formação Continuada
52, 53, 55, 56, 124, 125

19. GEPESSE (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação)
14, 15, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 43, 47, 52, 60, 75, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 300

20. Gestão Democrática
30, 34, 54, 69, 230, 549, 551, 552, 556

21. Indicadores Sociais
265, 266, 267, 277, 384, 578, 579, 584, 585, 586, 589

22. Interdisciplinaridade
304, 305

23. Intersetorialidade
367

24. Lei de Diretrizes e Bases da Educação
46, 221, 225, 350, 418, 518, 552

25. Modalidades de Ensino
20, 25, 125, 239, 244, 356, 437, 468

26. Movimentos Sociais

14, 16, 24, 62, 65, 69, 70, 114, 116, 122, 124, 126, 140, 187, 193, 196, 221, 222, 223, 225, 228, 249, 315, 364, 365, 366, 367, 388, 394, 398, 399, 400, 404, 405, 406, 450, 520, 550, 571, 580, 597

27. Pesquisa e Extensão

76, 203, 204, 205, 212, 310, 351, 430, 431, 452, 566, 572, 580, 581

28. Política de Educação Pública

299

29. Políticas Públicas

28, 33, 60, 62, 63, 65, 106, 113, 120, 122, 124, 126, 127, 141, 153, 186, 212, 218, 223, 225, 226, 232, 233, 236, 238, 241, 242, 250, 251, 252, 259, 265, 266, 267, 270, 277, 281, 282, 286, 325, 328, 329, 340, 342, 344, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 384, 386, 394, 403, 405, 421, 424, 434, 435, 436, 438, 442, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 517, 547, 584, 585

30. Práticas Educativas

53, 77, 144, 310, 399

31. Processo de Trabalho

27, 154, 249, 250, 251, 252, 301, 311, 367, 395, 454, 500, 522, 529, 531, 532, 536, 538, 589

32. Qualidade da Educação

34, 353, 418, 553

33. Relações Étnico-Raciais

10, 378, 379, 380, 381, 388

34. Trabalho Pedagógico

416

35. Vulnerabilidade Social

35, 171, 181, 238, 339, 350, 517, 519, 530, 531, 565, 570, 584, 587

Esperançar!! Os desafios, as perspectivas e possibilidades deste verbo se revelam nesta obra, resultado de muitas mãos que tecem a reafirmação de que é possível provocar transformações nesta sociedade em que vivemos.

Este e-book é um dos resultados, uma síntese, do que vivenciamos no III Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, realizado na cidade de Franca/SP, nos dias de 07 a 09 de dezembro de 2024. De fato, uma pequena, mas profunda síntese, pois revela alguns dos temas discutidos na terceira edição de um evento que já compoe a agenda do Serviço Social brasileiro.

Esta obra revela, desta forma, as marcas de um caminho que foi sendo aberto e trilhado de forma coletiva e participativa pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Educação (GEPESSE) criado oficialmente no ano de 2010 mas com ações que já vinham se constituindo há mais tempo por suas e seus idealizadoras/es. Assim tem sido o percurso do GEPESSE, um dos mais importantes coletivos sobre Serviço Social na Educação no Brasil e que, na sua trajetória, assume a tarefa de mobilizar, convidar, provocar e refletir de forma polifônica e dialógica com as/os estudantes, profissionais, gestoras/es e pesquisadoras/es de diferentes áreas do conhecimento.

Como nos inspira Paulo Freire, esperançar não é simplesmente espera, mas sim, levantar-se e juntar-se com as/os outras/os para fazer de outro modo! Este nosso e-book representa esse modo de pensar a educação e o Serviço Social como possibilidades de formação crítica, emancipatória, reflexiva e propositiva, dialogando entre diferentes experiências profissionais, entre diferentes áreas do conhecimento, entre diferentes realidades brasileiras e internacionais.

Embaladas/os e inspiradas/os pelas reflexões e experiencias da educação popular, avançamos nos desafios e nas possibilidades de pensar e fazer Serviço Social na e da educação, projetando nossa participação nos processos de democratização da educação publica, laica, gratuita, intercultural, de qualidade e socialmente referencializada. Do chão das escolas publicas, dos Institutos Federais, das Universidades, das salas de aula e dos espaços de gestão, fomos somando e refletindo nossas experiencias gerando um movimento que segue provocando mudanças históricas na nossa categoria profissional e nas políticas educacionais brasileiras.

Desejo que a leitura desta obra provoque nas leitoras e leitores a inspiração e a coragem necessárias para fazer da educação uma ferramenta de transformação na luta anticapitalista, antirracista, antifascista dentre outras frentes que nos provocam juntas/os a pensar num outro mundo possível!

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Este livro que nos chega às mãos é a pura expressão do compromisso, determinação, entusiasmo e vitalidade coletiva das e dos assistentes sociais com a Educação no Brasil e países afins.

Ele nos alcança em um momento fundamental, visto a Lei 13935/2019. Contudo, importa destacar a magnitude metodológica do processo que o constituiu. Estamos diante de uma laboração única advinda de uma pesquisa robusta e de um processo de debates e produção acadêmica que envolveu sujeitos históricos, entidades de representação da categoria e instituições de ensino. Um trabalho como este, que certamente não se encerra neste livro, potencializa a luta, o trabalho e eleva a estima de uma categoria que no cotidiano intervém na dura realidade presente nas manifestações da Questão Social.

Após a leitura temos a certeza de que o Serviço Social está preparado para o trabalho multiprofissional na Educação. Somos uma rede espraiada pelo país, sustentada por referenciais teórico-metodológico e ético-políticos sólidos e críticos e que se vale do legado da geração de 1965 que orientou o fazer político pedagógico da profissão sob o horizonte da emancipação humana.
Sigamos agradecidos às e aos "compas" do GEPESSE que nos ensinam que esperançar é preciso!

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social/SER/UnB
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais SER/ICH/UnB

ISBN: 978-65-86839-35-7
9 786586 839357